

Senado quer votar até junho política para manejo de lixo

Medidas a serem tomadas vão evitar a ocorrência de tragédias como a do Morro do Bumba, em Niterói

Governo, industriais, comerciantes e consumidores entraram em acordo e deverão assumir responsabilidade conjunta sobre que destino dar às 150 mil toneladas de lixo produzidas diariamente pelo país. Hoje, quase 60% desses resíduos vão parar nos lixões. A ideia é reforçar o setor de reciclagem e determinar condições ambientalmente adequadas para o tratamento de rejeitos. Tramitação do projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos pode ser agilizada para permitir sanção no Dia do Meio Ambiente, 5 de junho. **4 e 5**



GeatchyVegata

Comissão inicia em Curitiba debates sobre mudanças na Lei Pelé 7

Jonas Pereira



Roberto Gurgel, José Sarney e Lula ouvem Cezar Peluso (D) em seu primeiro discurso como presidente do STF

Vigilante pressiona por adicional de periculosidade **3**

País pode adotar aceno de mão na faixa de pedestres **6**

Sarney participa da posse do novo presidente do STF, Cezar Peluso

O presidente do Senado, José Sarney, participou na sexta-feira da cerimônia de posse do ministro Cezar

Peluso como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição a Gilmar Mendes. **2**

O presidente do Senado, José Sarney, participou na sexta-feira da cerimônia de posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso



José Sarney cumprimenta novo presidente do STF, Cezar Peluso, para quem o Judiciário é o refúgio da cidadania ameaçada

Aprimorar democracia é um dos papéis do STF, diz Peluso

UM DOS PAPÉIS principais do Supremo Tribunal Federal (STF) é garantir a estabilidade e o aprimoramento democráticos. Essa afirmação foi feita na sexta-feira pelo ministro Antonio Cezar Peluso ao tomar posse na Presidência da Corte.

O presidente do Senado, José Sarney, participou da cerimônia em que foi também empossado o vice-presidente do STF, ministro Carlos Augusto Ayres Britto. Peluso e Britto serão ainda, respectivamente, presidente e vice do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante a cerimônia, Sarney integrou a mesa ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente da Câmara dos Deputados, Michel

Temer; do procurador-geral da República, Roberto Gurgel; e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcanti.

O ministro Gilmar Mendes, que presidia a cerimônia, deu posse ao colega Peluso, que, em seguida, deu posse a Ayres Britto. Ambos vão comandar a Suprema Corte brasileira no biênio 2010/2012.

Importância

O decano do STF, ministro Celso de Mello, saudou Peluso e Ayres Britto em nome do tribunal. Ele fez um resgate histórico do Supremo e elogiou o "elevado sentido institucional" de Gilmar Mendes, que se despedia da presidência.

Celso de Mello também fez uma deferência especial a Sarney, lembrando que foi o atual presidente do Senado quem comandou o país durante a transição democrática.

Cezar Peluso afirmou que o Brasil está se transformando rapidamente em uma nação de respeitável importância no cenário mundial, tanto economicamente quanto nas relações internacionais.

Na opinião dele, o STF precisa proteger a pessoa humana, mesmo quando suas decisões incomodam parcelas ou setores da sociedade, "velando pela integridade da Constituição".

– O Poder Judiciário é o refúgio extremo da cidadania ameaçada – disse Cezar Peluso.



Projeto Visite Encena, que estreou no sábado passado: Senado oferece quatro visitas dramatizadas diárias até 30 de maio

Congresso recebeu visita recorde no feriado

No cinquentenário de Brasília, celebrado na quarta-feira, 21 de abril, o Congresso recebeu 1.717 visitantes, sendo nove estrangeiros. Esse número é ainda mais expressivo levando-se em consideração a série de eventos programados para todo o dia na Esplanada dos Ministérios e que, portanto, concorriam com a visita ao Congresso.

Além das visitas guiadas aos principais espaços do Senado e da Câmara dos Deputados, com

entrega de material impresso sobre as duas Casas legislativas, o visitante pode ainda apreciar, até quinta-feira, a exposição *50 anos de Brasília*, no Salão Negro do Congresso, das 9h30 às 17h.

No sábado, foi lançado o projeto Visite Encena, outra iniciativa do Senado e da Câmara em comemoração aos 50 anos de Brasília. Atores da companhia teatral Caixa Cênica representaram personagens históricos durante as visitas guiadas ao

Congresso. São sete cenas, com oito atores, que reproduzem momentos marcantes do Parlamento brasileiro e da mudança da capital para o Planalto Central. As visitas dramatizadas serão realizadas até 30 de maio, somente aos sábados e domingos, em quatro horários: às 10h, 12h, 14h e 16h.

Para outras informações sobre a visita à Casa, consulte o endereço <http://www.senado.gov.br/visitecongresso>.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem aos vigilantes

11h Sessão especial para homenagear o Dia Nacional do Vigilante. A sessão, às 14h, é não deliberativa.

Presidência Sarney participa da sessão

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa de sessão especial, no Plenário, em comemoração ao Dia Nacional do Vigilante.

CCJ Mudança na Lei Pelé

10h Audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o projeto que altera a lei que institui normas gerais sobre desporto, com o ministro Orlando Silva, em Curitiba.

CI Empregos em gás e petroquímica

18h Comissão debate os "Desafios, necessidades e perspectivas de recursos humanos na formação e capacitação para a exploração e comercialização de gás e da área de petroquímica".

Terça-feira

CRA Investimento rural do BNDES

9h30 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES.

CAE Empréstimos para microempresas

10h Entre os projetos da Comissão de Assuntos Econômicos, está projeto que obriga os bancos a informarem ao Banco Central o porte da empresa que estiver contraindo um empréstimo.

CE Apoio ao esporte universitário

11h Primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Universitário de Apoio ao Esporte.

CMA Fim da certidão negativa

11h30 Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa projeto que dispensa a exigência de certidão negativa para desconto em folha de servidor na compra de imóvel.

Quarta-feira

CCT Plano Brasil 2022

8h30 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática discute o Plano Brasil 2022, que estabelece metas e ações estratégicas para o desenvolvimento do país no setor.

CCJ Novo Regimento Interno

9h Na pauta de votações, o primeiro item é o projeto que moderniza o Regimento Interno do Senado. Antes, a CCJ faz o segundo debate sobre as novas normas gerais do desporto.

CPI das ONGs Depoimento de corretor de câmbio

10h A CPI ouve o corretor de câmbio Lúcio Funaro, que acusou o ex-diretor da Cooperativa dos Bancários de São Paulo (Bancoop), João Vaccari Neto, de desvio de recursos.

CPI do MST Os ministérios e o movimento

14h Debate com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, José Humberto Oliveira e Argileu Martins da Silva; do Esporte, Cláudia Bonalume; e da Pesca e Aquicultura, João Felipe Matias.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Menos entraves à concessão de benefícios

A eliminação de uma série de entraves burocráticos à concessão do benefício de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência é prevista em projeto que se encontra na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 489/09), apresentada pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC), extingue a exigência de perícia para constatação de incapacidade no trabalho e elimina a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos para recebimento do benefício. Também dispensa o comparecimento a órgãos públicos de pessoas com mais de 80 anos ou com dificuldade de locomoção.

O projeto prevê a elevação do valor máximo de renda familiar *per capita* para recebimento do benefício. Hoje, esse limite é de um quarto do salário mínimo. Colombo o considera insuficiente, porque essas famílias são geralmente obrigadas a arcar com gastos elevados na compra de medicamentos.

A elevação, sob encargo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e de acordo com as disponibilidades orçamentárias, deverá ser concluída no prazo de dez anos, com a fixação do limite *per capita* de um salário mínimo.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da proposta, apresentou texto alternativo, que ainda terá decisão final da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Em decisão terminativa, a CAE analisa ainda o PLS 646/07, de Marcelo Crivella, que estende aos deficientes auditivos a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional.

Confederação Nacional dos Vigilantes reúne hoje em Brasília delegações de vários estados para defender a concessão do benefício para a categoria. No Plenário, senadores homenageiam o Dia do Vigilante em sessão especial



Manifestação de hoje não será a primeira. Em defesa de suas reivindicações, vigilantes estiveram no Congresso em outubro passado

Vigilantes pedem a aprovação do adicional de 30% de periculosidade

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL dos Vigilantes e Prestadores de Serviços organizou a presença de delegações de trabalhadores no Congresso com o objetivo de defender a aprovação de proposta que regulamenta o pagamento de adicional por

risco de vida para a categoria. A manifestação coincidirá com sessão especial do Senado solicitada por Paulo Paim (PT-RS) e marcada para hoje, às 11h, para comemorar o Dia Nacional do Vigilante – celebrado em 20 de junho.

Para a confederação, a homenagem “acontece num momento decisivo da luta pela aprovação da lei do risco de vida para os vigilantes”.

Estão tramitando atualmente no Congresso três projetos que tratam do assunto, tendo como

proposta básica o pagamento do adicional de 30% sobre o salário da categoria, a título de periculosidade: o PLS 387/08, de Paulo Paim; o PLC 220/09, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e o PLS 682/07, da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT).

Três projetos que tramitam no Congresso têm apoio da categoria

Paulo Paim, Serys Shlessarenko e a deputada Vanessa Grazziotin assinam projetos que garantem o adicional de periculosidade aos vigilantes.

O PLS 387/08, de Paim, foi aprovado no Senado e remetido à Câmara no dia 25 de setembro de 2009. O texto final aprovado na CAS altera artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar os 30% de adicional aos vigilantes.

No projeto, Paim afirma que existem várias profissões que trazem risco à vida e à integridade física dos que as exercem. O trabalho dos vigilantes, observa ele, mesmo sendo uma dessas

profissões, não está relacionado no artigo 193 da CLT.

Para o senador, essa situação é injusta, por tratar de forma diferente trabalhadores expostos ao mesmo problema. Ele acrescenta que o adicional de periculosidade jamais compensará a exposição da vida ao perigo, mas representa a valorização desses profissionais.

Em discussão na Câmara, o PLS 682/07, de Serys, também prevê que os vigilantes recebam o adicional, mas sugere mudar a Lei 7.102/83, que trata da segurança para estabelecimentos financeiros e de normas para constituição e funcionamento



Projeto de Paim inclui vigilantes entre categorias beneficiadas pela CLT

das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.

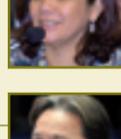
Já o PLC 220/09, da deputada Vanessa Grazziotin, que chegou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, é mais abrangente, ao prever que tanto



Serys propõe modificar a lei que trata de segurança e transporte de valores

vigilantes quanto trabalhadores em transporte de valores tenham direito ao adicional, que seria incorporado ao salário. A matéria chegou a ser aprovada na CAS e enviada ao Plenário, onde os senadores decidiram remetê-la ao exame da CAE.

Criação do Fundo Social do pré-sal recebeu 12 emendas de senadores

	Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe que, entre os programas e projetos beneficiados pelos recursos do Fundo Social, conste o que institui a renda básica de cidadania.	
	Fátima Cleide (PT-RO) sugere que 50% do total da receita auferida pelo Fundo Social seja aplicado em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública básica e superior.	
	Ideli Salvatti (PT-SC) estabelece que no mínimo 5% dos recursos do Fundo Social a serem aplicados no combate à pobreza sejam repassados, em caráter permanente, ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social.	
	Jefferson Praia (PDT-AM) determina que no mínimo 20% dos recursos do Fundo Social sejam aplicados em programas e projetos de desenvolvimento tecnológico, combate à pobreza e preservação da Amazônia.	
	José Nery (PSOL-PA) propõe que os recursos do Fundo Social sejam aplicados também nas áreas da saúde, reforma agrária e previdência.	
	Marina Silva (PV-AC) sugere que o Fundo Social seja fonte regular de recursos para a efetivação de pesquisas voltadas ao desenvolvimento tecnológico, de energias renováveis, conservação marinha e proteção dos biomas brasileiros.	
	Rosalba Ciarlini (DEM-RN) estabelece que 60% dos recursos do Fundo Social sejam aplicados nas áreas de desenvolvimento da educação pública básica, da cultura e da saúde pública; e 40% no combate à pobreza, desenvolvimento da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	
	Sérgio Zambiasi (PTB-RS) inclui na composição do Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social (CGFFS) entidade de representação dos municípios com abrangência nacional.	

O PLC 7/10, que cria o Fundo Social com parte dos recursos da área do pré-sal, recebeu 12 emendas dos senadores, que propõem a aplicação do fundo em educação, cultura, saúde, meio ambiente, reforma agrária e previdência social, entre outras, além de programas de combate à pobreza e renda mínima. Uma das emendas destina 5% dos recursos para o Fundo Soberano, criado em 2008 para formar poupança pública e promover o desenvolvimento econômico.

O PLC tramitou por seis comissões – CCJ, CAS, CE, CCT, CI e CAE –, mas não houve tempo para votação do parecer, já que o projeto tramita em regime de urgência constitucional. Assim como os três demais, foi enviado diretamente ao Plenário, após a fase de emendas.

Foram necessários 19 anos para se chegar a um consenso sobre o destino a ser dado ao lixo e é possível que no Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, Estado, indústria, comércio e consumidor assumam responsabilidade compartilhada sobre o assunto. O primeiro e mais visível resultado será a eliminação dos lixões

Projeto proíbe lançar lixo a céu aberto

Poder público, setor produtivo e sociedade cumprirão planos de gestão de resíduos. O que ainda tiver alguma utilidade sustentará um setor de reciclagem fortalecido

- ❖ A política define a **destinação final** ambientalmente adequada como aquela em que há reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético do lixo.
- ❖ Os **rejeitos**, parcela que não puder ser reaproveitada, deverão ser dispostos em aterros que evitem danos à saúde e reduzam os danos ambientais.
- ❖ A **responsabilidade** pela disposição final dos produtos será compartilhada entre governo, indústria, comércio e consumidor.
- ❖ Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos (inclusive embalagens), pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletrônicos e lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista terão de estruturar sistema de **logística reversa** para recuperar seus produtos e dar a eles destinação correta após descartados pelo consumidor.
- ❖ Serão elaborados planos nacional, regionais, estaduais e municipais de **gestão de resíduos**.
- ❖ Indústrias, empresas de saneamento básico, de serviços de saúde, de mineração, de construção civil, de serviços de transporte e de outras atividades perigosas terão de elaborar **plano de gerenciamento** em sintonia com o plano municipal.
- ❖ Governo dará **prioridade** nas compras aos produtos reciclados e recicláveis.
- ❖ **Embalagens** serão fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.
- ❖ Cooperativas de catadores e a indústria de reciclagem receberão **incentivos fiscais**.
- ❖ Será criado o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (Sinir), que reunirá dados sobre o **manejo do lixo**.
- ❖ Ficará proibido o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos *in natura* a céu aberto (exceto resíduos de mineração). Com isso se pretende eliminar todos os **lixões** do país.
- ❖ Também é proibida a catação, a moradia e a criação de animais domésticos nos **aterros**.
- ❖ **Importar lixo** de outros países também passa a ser expressamente proibido pela lei.



Foto: Stock/XCHING



Como ocorre em outras cidades do país depois de eventos que reúnem milhares de pessoas, garis recolhem toneladas de lixo na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

País pode ganhar política federal sobre manejo do lixo ainda neste semestre

O BRASIL COMEÇA a acordar para um dos maiores problemas ambientais: o gerenciamento do lixo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi aprovada em março pela Câmara dos Deputados, depois de 19 anos em discussão, e pode receber rápido tratamento no Senado.

Pela primeira vez, o país terá uma legislação federal, um marco regulatório completo nessa área. A proposta proíbe os chamados lixões – onde os resíduos são despejados a céu aberto –, promove a coleta seletiva e a reciclagem e transfere a responsabilidade sobre a destinação do lixo, que hoje pesa sobre os municípios, para toda a sociedade.

– Inscrever a responsabilidade pós-consumo do setor industrial é um dos pontos fundamentais para equacionar de forma satisfatória o destino am-

bientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos – destaca o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), César Borges (PR-BA).

O projeto (PLS 354/89) também foi distribuído às comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Meio Ambiente (CMA), mas pode ter seu caminho até a aprovação final simplificado para que possa ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 5 de junho, Dia do Meio Ambiente.

Na Câmara, o texto, resultado do trabalho de uma comissão especial que examinou dezenas de projetos, foi aprovado por voto simbólico (voto dos líderes) e unânime. Nasceu do consenso entre representantes dos municípios, entidades ligadas à reciclagem, setor empresarial e cooperativas de catadores.

– Nós não estamos encontrando ninguém contrário ao projeto. Ele aproxima muito a legislação brasileira ao que há de mais moderno nos países desenvolvidos – diz o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano Silvério.

O relator também faz uma avaliação positiva da proposta e observa que ela “foi alvo de específico e demorado debate” na Câmara. Afirma que se trata de um assunto urgente e que pretende aproveitar ao máximo o texto aprovado pelos deputados, mas ressalva dois pontos que necessitam de maior precisão: previsão de recursos para as medidas a serem implementadas e definição mais clara da responsabilidade de cada agente para a correta destinação dos resíduos. Sem isso o projeto pode se transformar, na opinião do senador, “numa lei morta”. Ele propôs a realização de um debate

na CCJ, no dia 5 de maio, com todos os setores envolvidos.

Destino inadequado

As cidades brasileiras produzem 150 mil toneladas de lixo por dia. Os lixões são o destino de 59% desse volume. Apenas 13% têm destinação correta, em aterros sanitários onde há captação do chorume e queima do gás metano produzido pela decomposição. Em 2008, apenas 405 municípios – 7% do total – faziam coleta seletiva. Cerca de 13% do que é jogado vai para reciclagem.

– Nós temos uma baixa reciclagem e uma péssima destinação final dos resíduos – resume Silvério.

Para o secretário, a raiz do problema está no modelo atual, que deixa exclusivamente com o município a responsabilidade de cuidar do lixo. O custo de implantação de aterros sanitários é de R\$ 450 por habitante para municípios de até 2 mil habitantes, o que dificulta o investimento para as pequenas cidades. Além disso, normalmente a pressão popular se dirige para um bom sistema de coleta, havendo pouco interesse do cidadão sobre o destino do lixo produzido em sua casa. Outra dificuldade está no custo da coleta seletiva, que ainda é, em média, cinco vezes maior que o da coleta tradicional.

Todos esses pontos são tratados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a adoção de planos nacional, regional, estadual e municipal de manejo, com consórcios entre cidades para implantação de aterros de uso comum e prioridade à coleta seletiva (veja quadro acima).

– Atualmente os diferentes entendimentos jurídicos e as leis diferenciadas em níveis estaduais e municipais estão criando gargalos para o setor, inibindo novos investimentos públicos e privados

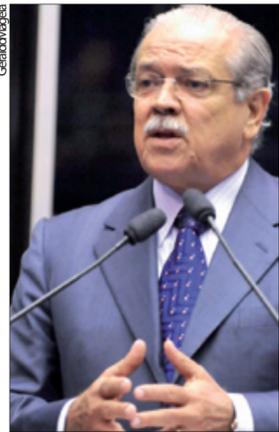
– afirma Cícero Lucena (PSDB-PB), que presidiu a Subcomissão de Resíduos Sólidos da CMA. Ele pede urgência para a aprovação da política para o lixo, ainda no primeiro semestre.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), “o mais importante é que agora haverá outros responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos além dos municípios e dos catadores”. Ela destaca a adoção do sistema de “logística reversa”, em que as empresas têm de recuperar as embalagens e mesmo os produtos descartados para reaproveitar os materiais em seu ciclo produtivo.

– A política tem metas, tem prazos, oferece meios de fiscalização, estabelece incentivos. Naturalmente, haverá mobilização e organização, que dará à sociedade uma consciência [sobre o problema] – diz Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA.



Cícero Lucena diz que falta de regras inibe novos investimentos para o setor



O relator, César Borges, acredita que o texto da Câmara dos Deputados é quase definitivo

Reciclagem só contempla 13% dos rejeitos urbanos

Mesmo sem uma legislação consolidada, a reciclagem é uma atividade em expansão no Brasil. Dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), organização que representa 29 grandes empresas, indicam que o volume de lixo urbano reciclado passou de 5 milhões de toneladas em 2003 para 7,1 milhões de toneladas em 2008, o que corresponde a 13% dos resíduos gerados nas cidades.

Se considerada apenas a fração seca do lixo (plástico, vidro, metais, papel e borracha), o índice de reciclagem subiu de 17% em 2004 para 25% em 2008. O setor já movimenta R\$ 12 bilhões por ano.

O catador de materiais é um elemento fundamental para recuperar essa riqueza que seria desperdiçada. Há, de acordo com o Cempre, 1 milhão de catadores no país. O ganho médio proporcionado pela atividade é de 1,5 salário mínimo nas regiões Sudeste e Sul e de um salário mínimo no restante do país.

O presidente do Cempre, Victor Bicca, destaca que a organização dos catadores em cooperativas tem sido um fator importante para a “inclusão social e a geração de renda de uma parte da sociedade que não tinha qualquer perspectiva”.

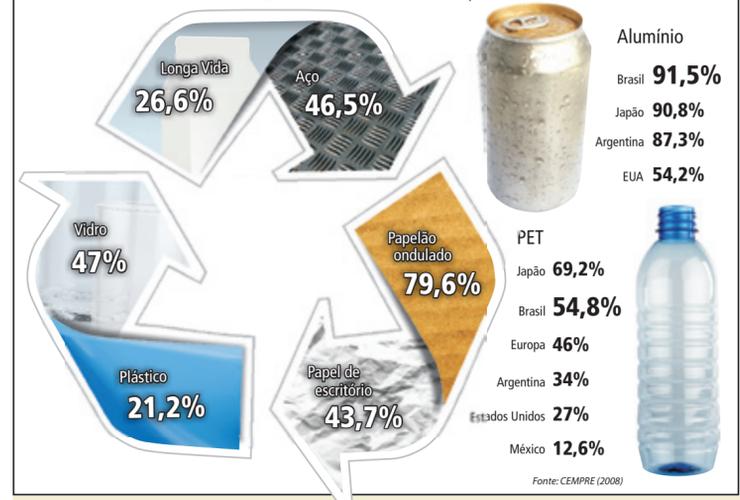
O Brasil já conquistou destaque internacional na reciclagem de alguns materiais, observa Bicca. É o caso das latas de alumínio, em que o país tem a liderança mundial, e das garrafas PET, em que está em segundo lugar, atrás do Japão (veja o infográfico).



Galpão de reciclagem: Brasil tem altos índices de reaproveitamento de papel

A reciclagem no Brasil

O país é campeão mundial em reciclagem de latas de alumínio: 91,5% retornam à indústria como matéria-prima



Lixo eletrônico cresce e ameaça o meio ambiente

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apresentou em fevereiro um estudo preocupante sobre o lixo eletrônico, composto por equipamentos que não poderiam, por razões ambientais e de saúde pública, ser despejados da mesma maneira que o lixo comum. De acordo com o relatório, o mundo vem produzindo a cada ano 40 milhões de toneladas de lixo

eletrônico a mais que no ano anterior. O peso desse crescimento vertiginoso equivale a cerca de 70% de todo o lixo que o Brasil gera num ano. Mais de 1 bilhão de celulares foram vendidos no planeta em 2007, 896 milhões a mais que em 2006. E a tendência é o crescimento, nos próximos dez anos, de vendas de produtos eletrônicos na China, Índia, África e América Latina.

Investir em reciclagem de produtos eletrônicos, conforme o Pnuma, significa evitar que resíduos perigosos contaminem o meio ambiente e recuperar metais valiosos como prata, ouro, paládio e cobre. O estudo conclui que faltam informações oficiais sobre a reciclagem de materiais de produtos eletrônicos e que não há legislação federal que trate do manejo do lixo eletrônico.

Proposta em exame na Comissão de Constituição e Justiça torna regra em todo o país o aceno com o braço estendido antes de o pedestre transpor a via pública



O respeito que, em geral, os brasileiros têm em relação à faixa de pedestre poderá se difundir pelo Brasil

Gesto ao atravessar faixa poderá reduzir acidentes

O ACENO COM o braço estendido à frente do corpo para que os veículos parem e o pedestre possa atravessar com segurança a faixa na via pública poderá tornar-se regra em todo o país, conforme estabelece projeto de lei em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Esse gesto, que contribui para a redução do número de mortes no trânsito, passou a ser gradativamente acolhido pelos motoristas do Distrito Federal há 13 anos, a partir da campanha Paz no Trânsito (veja matéria abaixo).

De acordo com dispositivo do

Código de Trânsito Brasileiro, para cruzar pistas de tráfego o pedestre deverá utilizar sempre as faixas ou passagens a ele destinadas quando essas existirem numa distância de até 50 metros dele.

Segundo a proposta (PLC 26/10), de iniciativa da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), o braço estendido só deverá prevalecer como sinal de preferência para o pedestre nas faixas sem semáforo ou na ausência de agente de trânsito para controlar a travessia.

Para que não se prejudique a fluidez do tráfego em vias de grande fluxo, a solicitação de

parada dos veículos deverá ser preferencialmente feita quando se formar um grande número de pedestres interessados na travessia.

Na justificativa do projeto, que será votado pela CCJ em caráter terminativo, a deputada lamenta que o hábito de respeito à faixa, já consolidado em Brasília, não tenha sido assimilado pela maioria das cidades brasileiras.

Ela acredita que, ao se dar caráter normativo ao tema da segurança nas faixas de pedestres, ocorrerá um estímulo para a disseminação de condutas que, salientou, obtiveram tão bons resultados na capital federal.

Respeito aos pedestres é fruto de campanha

Em 1996, Brasília protagonizou uma forte campanha pela paz no trânsito, liderada pelo jornal *Correio Braziliense*. O movimento foi marcado por uma passeata de 25 mil pessoas pelas ruas da cidade. Depois desse evento, o então governador, e hoje senador, Cristovam Buarque (PDT-DF), instalou os pardais – radares de velocidade eletrônicos – e iniciou um programa de respeito à faixa de pedestres.

A campanha e o programa tornaram-se modelos para o país. Toda a capital se envolveu no movimento pela paz no trânsito. Os motoristas e pedestres brasileiros começaram a aprender duas noções elementares: os primeiros, a pararem os carros e os últimos, a atravessarem na faixa com tranquilidade.

O ato de motoristas pararem na faixa para permitir a travessia de pedestres faz parte do

cotidiano na maior parte dos países europeus. Nos Estados Unidos, inclusive em metrópoles movimentadas como Nova York, motoristas param nas faixas mesmo sem a necessidade de o pedestre dar sinal com a mão – a prioridade é sempre de quem está a pé.

Para o economista e sociólogo José Nivaldino Rodrigues, o programa de segurança implantado por Cristovam interferiu não somente na infraestrutura ou na regulação de veículos, mas no comportamento das pessoas. Em 1996, ano anterior ao início do respeito à faixa, 652 pedestres morreram atropelados no DF. Em 1997, morreram 465. Em 2009, foram 424 mortes, uma redução de 35%, em relação a 1996. O número se torna mais significativo se for levado em conta o aumento da população: de 1,8 milhão de pessoas em 1996, contra os 2,6 milhões em 2009.

CMA vota pagamento de boleto vencido em qualquer banco

Boletos bancários vencidos podem passar a ser pagos em qualquer banco e não apenas no banco emissor do documento. Projeto com essa finalidade, apresentado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), está pronto para ser votado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

O projeto (PLS 138/09) também determina que, na hipótese de o pagamento ser realizado com atraso, a multa e os juros devidos pelo consumidor serão calculados pela agência bancária responsável pelo recebimento. A medida vai alterar a lei que regula a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro (Lei 10.214/01).

Valadares destaca que a intenção é evitar que o consumidor se desloque à agência do banco emissor do boleto para pagar o título após a data de vencimento.

Para o senador, a medida tem viabilidade, uma vez que



Antônio Carlos Valadares: integração financeira torna a medida viável

o sistema de pagamentos adotado no Brasil permite a integração entre as instituições financeiras e possibilita a cada uma delas, com base nas informações constantes no documento, fazer o cálculo do valor total a ser pago pelo consumidor. Instituições financeiras que descumprirem a determinação, prevê o projeto, ficarão sujeitas a sanções legais.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), observa em seu parecer favorável à aprovação que “o projeto vai poupar o consumidor do deslocamento até uma agência do banco emissor do boleto, das enormes filas e do consequente desperdício de tempo, no caso de pagamento após a data de vencimento do título”.

PEC de Valadares proíbe regras subjetivas em concurso público

A realização de provas em concursos públicos que deem margem a subjetividade na correção e a favorecimento ou discriminação de candidatos deverá ser expressamente proibida pela Constituição, conforme proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 26/03 tem por objetivo assegurar que os editais de concursos sejam bem fundamentados e impedir que contenham regras proibindo vistas e interposição de recursos, restringindo a divulgação do concurso e inviabilizando o exercício do direito dos candidatos ao contraditório e à ampla defesa.

O relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE), defende a aprovação da proposta, mas sugere modificações no texto, que visa “coibir desatinos” na reali-



Almeida Lima: editais têm exigências “abusivas, subjetivas ou imprecisas”

zação de concursos públicos. – No mais das vezes, são os editais do concurso público que veiculam exigências abusivas, subjetivas ou imprecisas, como critérios de classificação ou eliminação de candidatos. E fazem isso contra previsão legal ou até por conta de lacunas da legislação, ou simplesmente pela inexistência de lei regulamentar – avaliou Almeida Lima em seu relatório.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Pedro Simon • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

CPI das ONGs ouve corretor que expôs o caso Bancoop

A CPI das ONGs realiza audiência pública nesta quarta-feira, a partir das 10h, para interrogar o ex-corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro. Ele denunciou ao Ministério Público Federal um esquema de arrecadação ilegal para campanhas eleitorais do PT, utilizando recursos da Bancoop, cooperativa dos bancários de São Paulo.

Entre as denúncias de Funaro, que teria feito com o MP um acordo de delação premiada, está a de que o deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu se beneficiou em negócios fechados por fundos de pensão sob controle do PT.

Certidão negativa para desconto em folha pode acabar

Os servidores públicos efetivos que optarem pelo desconto em folha do pagamento da prestação de seu imóvel poderão ser isentos da exigência da apresentação de certidão negativa fornecida pelos serviços de proteção ao crédito. Amanhã, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa projeto (PLS 527/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que prevê a isenção. Para ele, a consignação em folha de pagamento elimina o risco de inadimplência, o que torna desnecessária a exigência de certidão negativa. O relator, Gim Argello (PTB-DF), apresentou parecer favorável à aprovação.

Segundo o relator, Alvaro Dias, a Lei Geral do Esporte necessita de diversos ajustes, principalmente no que diz respeito às relações entre clubes e atletas



Projeto relatado por Alvaro Dias (detalhe) prevê incentivos para formar atletas olímpicos

Mudança na Lei Pelé será debatida em duas audiências

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove esta semana duas audiências públicas sobre a proposta que altera a Lei Geral do Esporte, também chamada de Lei Pelé. Hoje, às 10h, o debate será realizado em Curitiba, na sede da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na quarta-feira, às 9h, o assunto será discutido no plenário da comissão.

As duas audiências foram propostas pelo relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem a Lei Geral do Esporte precisa de

ajustes, principalmente no que diz respeito às relações entre clubes e atletas.

Deverão participar do debate no Paraná o ministro do Esporte, Orlando Silva; o vice-presidente do Clube dos Treze, Marcos Augusto Malucelli; o ex-jogador Arthur Antunes Coimbra, o Zico; o presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais, Wilson da Silva Piazza; e o procurador-geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, Paulo Marcos Schmitt.

O debate de quarta-feira, em Brasília, que também terá a par-

ticipação do ministro Orlando Silva, contará com a presença de mais três convidados: o ex-jogador Edson Arantes do Nascimento, o Pelé; o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), Luiz Felipe Santoro; e o ex-senador e relator da CPI do Futebol, Geraldo Althoff.

Após a votação da Comissão de Justiça, o projeto (PLC 9/10) será analisado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Projeto faz diversas alterações na legislação esportiva

O projeto de lei da Câmara que se encontra em exame na Comissão de Constituição e Justiça do Senado aumenta o repasse de recursos aos clubes formadores de esportistas para as modalidades olímpicas e o futebol, entre outras medidas.

De autoria do Executivo, o texto foi aprovado na Câmara sob a forma de substitutivo. A iniciativa prevê que os contratos de jogadores de futebol estabeleçam indenizações ao

atleta e ao clube, caso ocorram mudanças.

Concentração

De acordo com a proposta, os esportistas não receberão hora extra, adicionais noturnos ou quaisquer adicionais em razão de períodos de concentração, viagens, pré-temporada e participação do atleta em partida, prova ou equivalente.

A matéria estabelece a ausência de vínculo empregatício

entre atletas maiores de 16 anos e clubes, excetuando os jogadores de futebol. Determina ainda que o direito ao uso de imagem do atleta não deverá ter vínculo de dependência ou subordinação ao contrato de trabalho.

Outra mudança prevê que os dirigentes dos clubes somente responderão com seus bens pessoais pelas dívidas contraídas durante sua gestão em casos de fraude comprovada.

Comissão discute recursos humanos na área petrolífera

Os desafios, necessidades e perspectivas de recursos humanos na formação e capacitação para a exploração e comercialização de gás e da área de petroquímica serão debatidos hoje pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em audiência pública, a partir das 18h. Esse será o painel 8 da Agenda Desafio 2009-2015, criada pela comissão para debater o desenvolvimento econômico do país.

Entre os convidados estão o coordenador-executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), José Renato de Almeida, e o coordenador do Projeto LCCV Ufal/Petrobras, professor Eduardo Setton.

Novo Regimento Interno deve ser votado pela CCJ

A CCJ pode votar nesta quarta-feira o projeto de resolução que incorpora ao Regimento Interno do Senado novos e mais fortes dispositivos moralizadores do exercício do mandato.

O compromisso de respeitar a ética na política, a ser assumido no ato de posse, e o desconto na remuneração do senador que faltar às sessões em virtude de prisão processual criminal são duas das 23 emendas aproveitadas no relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao PRS 17/09. "A elaboração de novo Regimento Interno é medida das mais oportunas para propiciar maior eficiência e transparência ao processo legislativo", diz o relatório.

Plano Brasil 2022 e regulamentação de clones na CCT

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se na quarta-feira para uma audiência pública e votação de vários projetos. Na primeira parte da sessão, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, embaixador Samuel Guimarães, fala sobre o que está sendo previamente discutido sobre as propostas do Plano Brasil 2022 – projeto de metas e ações estratégicas para guiar o desenvolvimento do país.

Na segunda parte, entre os 18 projetos em pauta, está o PLS 73/07, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de animais.



O anteprojeto de reforma do Código do Processo Civil, que está sendo elaborado por uma comissão de juristas do Senado – presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux (*E, com Sarney*) –, deve ser votado em maio, informou o presidente da Casa, José Sarney, na sexta-feira. A ideia é tornar mais ágil o trâmite das causas civis e ampliar o acesso da população à Justiça. O anteprojeto introduz a preferência pelo uso de meios eletrônicos.

– Esse trabalho extraordinário que estamos fazendo, de modernização da legislação brasileira, já fizemos em relação ao Código de Processo Penal, em fase de votação. Agora trabalhamos no de Processo Civil e já constituí comissão para trabalhar no Código Eleitoral. É uma contribuição importantíssima que estamos dando para a modernização do direito brasileiro.

Planejamento prepara Secs para o futuro, diz Sarney

As inovações tecnológicas implicam uma nova legitimidade para a democracia, ao tornar mais próximos o Poder Legislativo e a opinião pública. A conclusão é do presidente do Senado, José Sarney, que participou, na sexta-feira, de reunião destinada a elaborar planejamento estratégico para a atuação da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs).

Esse novo relacionamento com as instituições públicas revela, para Sarney, "que a Secs, como é sua marca, está mostrando sua atualização e, com isso, o desejo de participar do futuro".

A iniciativa de planejar estrategicamente para o futuro, segundo ele, é uma providência destinada a preparar o Senado para novos desafios.

– A internet veio realmente modificar tudo isso [a relação com a opinião pública],

porque o conceito de rede é justamente o de que, quanto mais cresce, mais ela se amplia autonomamente, alcançando toda a população, numa interação não somente entre os veículos e a sociedade, mas também entre os componentes da sociedade – disse.

Sarney relatou processos de inovação dos quais participou no Senado, como a criação do Prodases e do sistema de comunicação social. Ele elogiou o trabalho feito pelo diretor Fernando Cesar Mesquita, responsável executivo pela implantação da estrutura de comunicação.

– Depois que o Senado criou suas emissoras de televisão e de rádio, jornal e agência de notícias, praticamente todas as casas legislativas o seguiram, o mesmo acontecendo com vários outros segmentos, até mesmo do Poder Judiciário – lembrou Sarney.

Senador diz estranhar silêncio do Senado sobre o assunto e desconfia que oposição está omissa porque não quer comparações com a privatização da Vale, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

Simon suspeita de mau uso de fundos de pensão no leilão de Belo Monte

A POLÊMICA SOBRE a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – que coloca ambientalistas e governo federal em campos opostos – foi abordada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) na sexta-feira. Ele lançou suspeitas sobre a forma como os fundos de pensão foram usados no leilão que definiu o consórcio responsável pela construção.

Para Simon, o presidente Lula “deve explicações ao povo brasileiro”. Ele disse estranhar o silêncio do Senado sobre o assunto, já que nem a oposição está discutindo a questão como deveria.

– Foi feito um acordo impressionante nesta Casa entre PT e PSDB. A oposição não critica Belo Monte e o governo não fala da privatização da Vale – afirmou.

Semelhanças

O senador fez comparações entre o leilão da Vale, durante o



Pedro Simon: “Não sei se o presidente Lula deveria agir dessa maneira”

governo de Fernando Henrique Cardoso (na época a empresa se chamava Companhia Vale do Rio Doce), e o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, realizado nesta semana pelo governo.

No caso da Vale, Simon ar-

gumentou que “os fundos de pensão foram usados, conforme dizia um dos ministros da época, até o limite da irresponsabilidade”. Ao lembrar a ocasião, ele disse que, “na véspera do leilão, o Grupo Votorantim tinha

tudo para ganhar, mas, com um telefonema, o fundo de pensão ligado ao Banco do Brasil [Previ] saiu de um lado e foi para o outro, que havia sido criado dias antes”.

– E a Vale acabou sendo dada, com cerca de 3 bilhões de reais dados pelo governo – criticou ele, mencionando ainda as suspeitas de irregularidades na privatização da Telebrás.

Para o senador, há algumas semelhanças com o que ocorreu nesta semana. Ele afirmou que “o grupo que estava certo que ia ganhar [o leilão] não levou; ganhou um grupo feito à última hora, a ser bancado por fundo de pensão e pelo mais alto financiamento feito pelo BNDES na história”.

– Sinceramente, não sei se o presidente Lula deveria agir dessa forma, quando diz que vai construir Belo Monte de qualquer maneira – avaliou Simon.

Acre sofre com falta de política agrícola, diz Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) acusou o governo do Acre de prejudicar a produção agrícola local, tornando o estado dependente da importação de outros estados de mais de 80% dos alimentos



Governo acriano vira as costas para os produtores, diz Mesquita Júnior

consumidos pela população.

– Os agricultores acrianos, principalmente os pequenos, estão presos a uma verdadeira armadilha. Endividados, não têm como produzir e, quando se atrevem a plantar, não conseguem escoar a produção, por falta de estradas vicinais – frisou Mesquita Júnior.

Para o senador, em vez de o governo “virar as costas para os produtores”, deveria adotar uma política de parceria. Só assim, disse, a economia sairia fortalecida, gerando distribuição de renda e fixação do homem no campo.

Como prova de que o Acre importa quase de tudo no setor de alimentos, Mesquita Júnior exibiu o que chamou de “sacola da vergonha”, contendo produtos básicos produzidos por outros estados e vendidos no Acre, como arroz, feijão e leite em pó.

Mozarildo defende plebiscito sobre divisão de três estados

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a votação, pela Câmara dos Deputados, de três projetos, já aprovados no Senado, que convocam plebiscito para que as populações do Amazonas, Mato Grosso e Pará decidam sobre a divisão dos seus estados. Mozarildo defende a criação dos estados do Solimões, no oeste do Amazonas; do Tapajós, a oeste do Pará; e do Araguaia, no norte de Mato Grosso. Para Mozarildo, a única saída para desenvolver os três estados é a divisão do território.

Ele citou os Estados Unidos, formados por 50 estados, divididos simetricamente, “quase como se fosse por uma régua”, para uma população distribuída de forma homogênea de cerca de 300 milhões de habitantes.

– O Amazonas, o Pará, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul

representam 50% do território brasileiro e só com a redivisão poderemos desenvolver economicamente uma área gigantesca como essa. Com essa geografia atual, não vamos resolver nada – disse.



Mozarildo: Amazonas, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul somam 50% do país

Cristovam reclama atenção para crianças de rua

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o programa *Conexão Repórter* exibido pelo SBT na noite da última quinta-feira, que mostrou a situação de 2 mil crianças que vivem de esmolas nos semáforos na capital paulista. Cristovam disse que, do ponto de vista ético, 2 mil crianças é um número assombroso, mas, que do ponto de vista de um problema a ser resolvido, é um número mínimo.

O senador acrescentou que, depois do programa, ficou até o começo da madrugada debatendo no Twitter com pessoas de todo o Brasil que também assistiram ao programa e estavam chocadas. Cristovam disse que o governo Lula tem uma Secretaria da Mulher, uma das Minorias, uma dos Direitos Humanos, uma da Juventude, mas não tem uma da Criança, o que ele próprio, quando governador do Distrito Federal, instituiu.

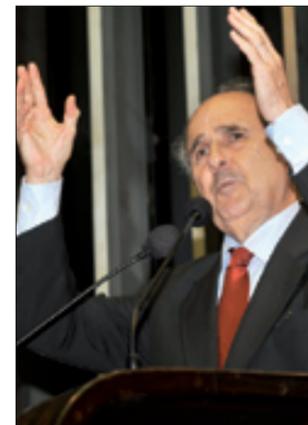
Educação

Cristovam lembrou que quando era governador, entre 1995 e 1999, criou a Secretaria da Criança, a qual identificou todos os meninos e meninas que viviam de esmolas na rua, procurou seus pais e propôs: o governo daria um salário mínimo para cada família, mas as crianças tinham que ser matriculadas em escolas e retiradas da rua. Era a chamada Bolsa Escola. Semanalmente, ele lia os relatórios sobre cada uma das crianças.

O senador revelou que no segundo ano de mandato um juiz ameaçou prendê-lo alegando que ele não tinha o pátrio poder para retirar as crianças da rua. Ele respondeu que deveria ser preso, sim, mas porque em dois anos de mandato não tinha conseguido ainda resolver o problema de vez, pois ainda havia crianças na rua.

– Ora, se as famílias de classe média e classe média alta não permitem que seus filhos fiquem soltos na rua, por que um governante responsável não poderia fazê-lo?

Para Cristovam Buarque, dando apenas dinheiro às famílias, sem oferecer uma educação de qualidade, as crianças serão futuros desempregados, em uma sociedade cada vez mais especializada e exigente.



Como governador do DF, Cristovam criou a Secretaria da Criança

Mão Santa presta homenagem aos 80 anos de José Sarney

O senador Mão Santa (PSC-PI) cumprimentou na sexta-feira o presidente do Senado, José Sarney, pela passagem de seu aniversário de 80 anos, em 24 de abril.

Ele aproveitou a oportunidade para citar os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eliseu Resende (DEM-MG), João Durval Carneiro (PDT-BA), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Epitácio Cafeteira (PTB-MA) como exemplos de políticos experientes.

Ao citar William Shakespeare, Mão Santa disse ser necessário unir a experiência dos velhos à audácia dos jovens. O senador fez questão de ressaltar a presença de senadores “representantes da juventude” como

Marconi Perillo (PSDB-GO), João Vicente Claudino (PTB-PI), Fátima Cleide (PT-RO), Patrícia Saboya (PDT-CE), Gim Argello (PTB-DF) e Kátia Abreu (DEM-TO).



Mão Santa citou também outros senadores como exemplos de experiência

Para ele, o Senado e o Congresso têm papel fundamental para a manutenção das liberdades no país e as eleições diretas no Brasil comprovam o estado democrático em que o

país vive.

Mão Santa criticou afirmação de uma repórter do programa da Rede Bandeirantes *Custe o que Custar (CQC)* segundo a qual o povo brasileiro havia reprovado o Senado.

– Reprovado em quê? Somos filhos da democracia e do povo. O Brasil só vai ter eleições diretas porque existe o Senado. Senão, estaria igual a Cuba ou Venezuela – observou.

Mão Santa destacou que há senadores eleitos com cerca de 10 milhões de votos, o que, para ele, demonstra que o povo aprova o Senado. Na Casa, disse, políticos experientes convivem com outros mais jovens, e todos com competência.